

jogo

MARCO
ANTÔNIO
ROCHA

ECONÔMICO

O que pretende ou o que pode fazer, em dois anos de mandato, o presidente de um governo falido, sob auditoria do FMI?

Resposta: perguntem a Antônio Carlos Magalhães e a Prisco Viana. Eles devem saber. Principalmente o último, laureado articulador e coordenador da vitória.

A bolsa reage euforicamente e empresários poderosos, com trânsito na corte, assofram aos meus ouvidos que Sarney agora vai trazer o pacote, como Asdrubal trouxe o trombone.

Ninguém precisa fundir a cuca para adivinhar o conteúdo do pacote que o ministro Maílson irá implementar. Como se trata de um pacote destinado a amarrar rapidamente o acordo com o FMI e com os credores, e precisa ter nítida conotação antiinflacionária — convincente para as clássicas teorias sobre inflação — seu conteúdo é mais do que previsível: arrocho salarial, liberação cambial, corte substancial nos gastos e transferências do governo, política de juros reais (acima da inflação), controle estrito das emissões monetárias e dos fluxos de caixa do governo. É por aí, sem dúvida.

A indagação não é está, propriamente. A indagação é se os compromissos assumidos pelo governo para faturar tamanha vitória deixarão alguma margem de eficácia para o pacote.

E aqui entra uma interessante e útil especulação. Um programa de arrocho e aperto de cintos não significa necessariamente o mesmo grau de arrocho e aperto para todo mundo. Se o crédito do Banco do Brasil fica rigorosamente limitado a um determinado teto mensal, de acordo com o programa, isso apenas quer dizer que as condições para ter acesso a esse crédito ficam mais rigorosas. O crédito será mais disputado. E nessa disputa estarão em melhor situação aqueles tomadores ou solicitantes que sirvam melhor aos interesses e à política do governo.

Teremos portanto uma versão moderna da antiga filosofia getulista: para os amigos

Como fazer cinco anos em dois

tudo o que for possível, para os inimigos ou adversários, o pacote!

De modo que a viabilidade do pacote, ou a viabilidade do programa do dr. Maílson, dependerá, de um lado, da possibilidade de le atender ao FMI e aos amigos e apaniguados do governo, simultaneamente. De outro lado, dependerá da capacidade de mobilização e resistência daqueles que ficarem a relento, isto é, sofrerem de fato o maior peso do pacote.

O pacote será pesado, isto não há dúvida, mas não será equitativo, isto também não há dúvida.

Vai haver arrocho salarial no setor público? Claro que vai. Mas de que maneira esse arrocho se distribuirá entre funcionários civis e militares? Alguém aí precisa se esforçar muito para saber?

Neste exato momento todas as forças sindicais trabalhistas que estavam com um pé atrás já se mobilizam efetivamente para o trabalho de "resistência" ao pacote. Os embaixadores estrangeiros e os representantes de empresas estrangeiras no Brasil enviam relatórios que, se forem realistas, estarão dizendo que se a votação de ontem abre uma perspectiva de estabilização e segurança para o governo sob o ponto de vista estritamente político, a seqüela presumível disso, ou seja, um pacote administrativo de austeridade e na dosagem que dois anos de mandato requerem, gera uma perspectiva de muita reação na área social. E não é certo que os próprios parlamentares que respaldaram o governo na votação da Constituinte permanecam com a mesma disposição de respaldá-lo na implementação do pacote.

Por isso tudo, não vimos nenhum motivo para os festejos no Planalto e para o sorriso vitorioso de satisfação do travesso sr. Sarney, estampado em todos os jornais. Eu, no lugar dele, ficaria muito preocupado com a responsabilidade, agora total e exclusiva, de conseguir, na economia, em dois anos, aquilo que não foi conseguido em três.